

Estado E Revolução Cubana: A Estatização Dos Meios DE Produção E A Exploração Dos Trabalhadores (1959-1962)

Rafael Saddi Teixeira

saddirafael@yahoo.com.br

Pretendemos neste texto analisar a estatização dos meios de produção a partir da transformação agrária no período de 1959 a 1962 em Cuba. Nossa hipótese é que o processo de estatização, longe de eliminar a divisão de classes e criar condições para a destruição do Estado, criou a divisão entre burocratas e proletários e fortaleceu o Estado como uma superestrutura burocrática que se organiza a partir da exploração e da submissão da classe trabalhadora. Neste sentido, queremos superar o discurso oficial que aponta que, com a estatização dos meios de produção em 1960, Cuba teria se tornado uma sociedade socialista em transição ao comunismo.

Nos centraremos, aqui, na análise das transformações agrárias e, em especial, nas transformações da indústria açucareira. Primeiro, porque o açúcar constituía em Cuba a principal indústria. Uma frase que marcaria a ilha é a do representante da Associação dos Fazendeiros de Cuba nos anos 40: “Sin azúcar no hay país.” (PÉREZ-STABLE, 1993, p. 39). Cuba vivia das divisas geradas pela exportação do produto que tinha como principal comprador os EUA. Este modelo de dependência do monocultivo do açúcar aprisionava o desenvolvimento econômico da ilha. Como analisou Pérez-Stable (1993):

Al no impulsar la diversificación, no se creaban puestos de trabajo ni se podía mejorar el nivel de vida, mientras que los ciclos de la zafra generaban altos niveles de desempleo y subempleo en el tiempo muerto. (idem, ibidem).

A reorganização da indústria do açúcar era, portanto, fundamental para o estabelecimento da nova estrutura econômica do país.

Também nos centraremos no processo de estatização do açúcar porque, nestes cinco primeiros anos após a tomada do poder de Estado, a expropriação dos latifundiários gerou dois tipos de organização da produção, que foram marchando paralelamente: de um lado, nas terras de gado e terras virgens, se formaram *granjas del pueblo* (fazendas estatais) e, de outro, nas terras açucareiras, se formaram *cooperativas cañeras*. Neste primeiro momento, segundo Fidel, “De los latifundios cañeros se organizaron más de 600 cooperativas cañeras; del latifundio ganadero y de las tierras vírgenes, más de 300 granjas del pueblo.” (CASTRO, 1962).

Assim, como afirmou Sweezy e Huberman (1960), uma das especificidades da Revolução Cubana foi que; ao contrário de outros países, que dividiu a terra, criando inúmeros pequenos proprietários; ela “adotou como seu objetivo a transição direta e imediata para um regime em que predomina a cooperativa agrícola.” (SWEETZY e HUBERMAN, 1960, p. 145).

Esta forma com que a indústria do açúcar se organizou, não raro foi idealizada por diferentes observadores como uma forma de organização capaz de gerar a longo prazo o poder proletário. Não foram poucos a imaginar que as *cooperativas cañeras*, por não estarem completamente presas ao Estado, poderiam ser o embrião da constituição do comunismo, passando a gerir questões econômicas e políticas. Sweezy e Huberman (1960), por exemplo, quando em 1960 visitaram as cooperativas que haviam visitado, acreditavam que era provável que os camponeses fizessem das cooperativas “algo inteiramente diferente da

versão soviética da fazenda estatal.” (idem, p. 154).

A cooperativa cubana poderá vir a ser como a comuna, combinando os assuntos econômicos e governamentais, bem como pode orientar-se no mesmo sentido de autonomia que os iuguslavos deram às suas empresas. (idem, p. 155).

Pretendemos analisar este modelo de cooperativa e compreender até que ponto ela serviu para a constituição de uma perspectiva de autonomia da organização da classe trabalhadora.

Segundo Sweezy e Huberman (1960), as cooperativas se formaram tendo como base os trabalhadores que serviam de mão de obra para a fazenda expropriada. A maioria das fazendas

... tinha um grupo de trabalhadores mais ou menos permanentes, ligados a elas, e admitia trabalhadores extras na época de colheita [...]. Quando uma propriedade é confiscada, naturalmente os que moram nela ou nela trabalham habitualmente, formam a nova cooperativa, que continua a proporcionar trabalho, quando possível, a trabalhadores migratórios e esporádicos. (p. 152).

O termo *cooperativa* remonta uma noção de uma sociedade privada não estatal. Os proprietários são os próprios cooperados que entram cada qual com sua cota-parte para formar o capital social da cooperativa. Pressupõe também que os cooperados possuam suas instâncias autônomas de decisão e sua própria organização administrativa. Em Cuba, todavia, a cooperativa era posta sob a direção do Estado através do seu órgão INRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária e administrada não pelos trabalhadores rurais que as compunham, mas, por funcionários do Estado. A lei de Reforma Agrária de maio de 1959 afirmava:

the INRA will create agricultural cooperatives to be placed under its direction, will appoint their administrators ... [and] will see to it that they accept and respect the aid and the technical orientation which the INRA will dictate...” (DUMONT, 1970, p. 47).

O INRA criará cooperativas agrícolas que serão colocadas sob a sua direção, apontará os administradores [...] [e] verá se eles aceitam e respeitam a ... e a orientação técnica que o INRA ditará.

As terras e os instrumentos de trabalho utilizados pelas cooperativas não eram propriedades da cooperativa, mas do Estado. (SWEETZY e HUBERMAN, 1960, p. 152). A forma básica de remuneração continuava sendo o salário. (idem, p. 154). Se os meios de produção eram propriedades do Estado e a administração era feita pelo Estado, qual é a diferença entre as cooperativas cubanas e as fazendas estatais da União Soviética?

Para Sweezy e Huberman (1960) eram duas as diferenças. Primeiro que na cooperativa cubana, em tese, o lucro líquido, quando havia, era repartido no final do ano entre os cooperados. (p. 154). Segundo, porque os membros das cooperativas “se sentiam parte da organização que lhes pertencia, de forma direta, e não como empregados de uma entidade distante e abstrata como o Estado.” (idem, *ibidem*).

Sweezy e Huberman (1960) conheceram as cooperativas em Cuba a partir de uma rápida visita em 1960, quando elas estavam ainda em formação. Como eles mesmos apontam, a afirmação sobre o sentimento dos agricultores deveria ser tomada com cautela, pois “... [é] difícil para estrangeiros que não falam a língua do país formar um julgamento fidedigno sobre tal assunto.” (idem, *ibidem*).

Muitos outros estrangeiros que acompanharam este processo de formação das cooperativas cubanas, alguns por muito mais tempo que Sweezy e Huberman, se distanciaram profundamente destas suposições.

René Dumont, por exemplo, que acompanhou de forma profunda e intensa o estabelecimento da nova estrutura agrária em Cuba, afirma que os agricultores cubanos não se sentiam parte do processo de organização da produção.

Em agosto de 1960, o governo cubano havia elaborado os estatutos de funcionamentos das cooperativas. Antes de

impoem os estatutos sobre as cooperativas, Dumont recebeu uma cópia e, com ela nos bolsos, visitou uma cooperativa na província de Las Villas. Sobre esta visita, ele nos conta que.

... os trabalhadores me questionaram sobre eles (os estatutos) mais ou menos nestes termos. “Todos nós aqui somos completamente devotados à Revolução, prontos para seguir Fidel aonde ele nos disser para ir, prontos para aceitar todas as suas propostas. Mas, quando você vê-lo, lhe diga que nós gostaríamos de saber onde nós estamos indo, e que nós gostaríamos de ser avisado como nossas cooperativas vão ser organizadas.” Eu estava mais embaraçado por eu tinha em meu bolso o esboço das regras administrativas das cooperativas, mas tinha sido proibido de passá-las à frente, quando um verdadeiro centralismo democrático teria requerido que a base – os trabalhadores e seus representantes – fossem consultados sobre estas regras propostas.

... the workers questioned me about them (os estatutos), in more or less these terms: “All of us here are completely devoted to the Revolution, ready to follow Fidel wherever he tells us we should go, to accept all his proposals. But when you see him, tell him that we’d like to know where we’re going, and that we’d like to be told how our cooperatives are going to be organized.”. I was all the more embarrassed in that I had in my pocket the draft of the rules governing cooperatives, but had been forbidden to pass them on, whereas a true democratic centralism would have required that the base – the workers and their representatives – be consulted about these proposed rules. (DUMONT, 1970, p. 48).

Agostín Souchy (1960), que também visitou diversas cooperativas e participou de algumas reuniões entre cooperados, administradores e militares, percebeu também esta distância do trabalhador rural em relação à organização do trabalho. Em uma das cooperativas da Sierra Maestra, ele conversou com os trabalhadores rurais cooperados.

Nós fomos acompanhados até a cabana do camponês Nicola’s Pacheco. Sua cortês esposa, com uma hospitalidade cubana típica, nos serviu café... O modesto “guajero” (camponês) não pôde explicar muito sobre a organização da cooperativa, e os outros camponeses, menos ainda.

We were escorted to the “Bohio” (hut) of the peasant Nicola’s Pacheco. His courteous wife, with typical Cuban hospitality, served coffee. . . The modest “guajero” (peasant) could not give much of an explanation about the organization of the cooperative, and the other peasants, even less so. (SOUCHY, 1960).

Para Souchy (1960), “The peasants knew only about their work. For more information we had to wait for the arrival of the sergeant who represented the INRA¹. (SOUCHY, 1960). Carlos Franqui, um revolucionário cubano que opunha a estatização dos meios de produção à socialização da produção, afirmava que na nova estrutura social cubana, criada pela estatização dos meios de produção, “... o papel do povo era o de trabalhar e de obedecer inquestionavelmente.” (p. 88).

Do ponto de vista dos trabalhadores, por mais eufóricos e confiantes que estivessem com o momento revolucionário, o trabalho continuava como algo que lhes era exterior. A relação entre administrador (Estado) e trabalhadores, longe de serem amistosas, costumavam ser de conflitos. Dumont afirma que alguns trabalhadores tentaram organizar sindicatos para se defenderem contra a cooperativa em que trabalhavam.

Alguns dos trabalhadores, que haviam sido promovidos a “membros de cooperativas”, tentaram organizar um sindicato defensivo apontado contra a sua própria cooperativa: uma clara prova que eles não sentiam a cooperativa como sendo deles, que eles não se sentiam em casa ali. Mas, a tendência cubana é tomar decisões do topo.

¹ “Os camponeses sabiam somente sobre seu trabalho. Para mais informações nós tínhamos que esperar pela chegada do sargento que representava o INRA”.

Some of the workers, who had thus been promoted to “members of cooperatives”, tried to organize a defensive union clearly aimed *against* their own cooperative: a clear proof that they did not feel it to be “theirs”, that they did not feel “at home” in it. But the Cuban tendency is to make decisions at the top. (DUMONT, 1970, p. 48).

Em uma conversa com Che Guevara, Dumont (1970) falou sobre o fato dos membros de cooperativas “not appear to be *a part of an enterprise that really belonged to them*.”² (idem, p. 51). Falou que os trabalhadores sentiam que haviam se tornado “...salaried employees of the government, quasi-functionaries, and for this reason some of them were already not putting forth their best efforts”³. (idem, ibidem). Che, entretanto, reagiu violentamente:

Você tem colocado muito ênfase no senso de “posse” que deve ser dado aos membros das cooperativas. Em 1959, havia uma tendência aqui em favor do “Yougoslavismo” e dos conselhos de trabalhadores. Não é um senso de posse que eles devem ter, mas um senso de responsabilidade. Deste modo, as mudanças necessárias na política serão mais fáceis.

You have put too much emphasis on the sense of ownership that is to be given to members of cooperatives. In 1959, there was a marked tendency here toward “Yougoslavism” and workers’ councils. It is not a sense of ownership that they should be given, but rather a *sense of responsibility*. In this way, the necessary changes in policy will be easier. (idem, p. 52).

Para os mais fortes dirigentes revolucionários, portanto, os trabalhadores não deveriam sentir-se donos dos meios de produção. Condenavam a tendência às formas de propriedade socializadas a partir do conselho operário. Os trabalhadores

deveriam ter sim o senso de responsabilidade com a revolução. E, neste sentido, inevitavelmente teriam que acatar as posições vindas de cima. Trabalhar e obedecer.

Talvez alguns poderiam pensar que a resistência de Che ao sentimento de “serem donos” fosse em relação ao risco de surgirem um conjunto de pequenas empresas organizadas cada uma delas por um padrão coletivo: os cooperados de cada cooperativa. Mas, mais do que isso, os dirigentes revolucionários comunistas temiam a organização autônoma dos meios de produção, tanto quanto temiam a organização autônoma dos trabalhadores em sindicatos, escolas, universidades e locais de moradia. Todos os espaços possíveis de organização autônoma foram centralizados pelo Estado e controlados de cima para baixo por uma superestrutura burocrática.

Para isto interferia tanto um medo de criação de um poder popular que confrontaria os poderes do Estado, posto que nestes espaços de organização social atuavam tanto liberais quanto anarquistas, trotskistas e socialistas humanistas⁴; como também um desprezo em relação à capacidade da classe trabalhadora de dirigir a sua própria emancipação. Como disse Franqui, “Fidel possuía uma desconfiança inata do povo; preferia militarização à organização.” (FRANQUI, 1981, p. 88). Mas, além disto tudo, os dirigentes comunistas acreditavam de fato no novo Estado cubano como uma forma de governo dos trabalhadores. Neste sentido, trabalhar para o Estado, era trabalhar para si mesmo.

Souchy (1960) demonstrou como as cooperativas eram criadas de cima para baixo. Em uma das reuniões que participou entre trabalhadores rurais, INRA e Exército, ele relata sobre a forma como era criada uma cooperativa.

² “... não aparentam ser uma parte de uma empresa que realmente pertence a eles.”

³ “... empregados assalariados do governo, quase-funcionários, e por esta razão, alguns deles não colocam os seus melhores esforços.”

⁴ Em Cuba, socialistas humanistas foram aqueles que não tinham uma bandeira ideológica definida, mas que opunham a socialização ao modelo soviético de estatização. Queriam uma revolução criada pelo povo cubano sem dependências nem dos EUA, nem da URSS.

Os planos para a organização de uma cooperativa industrial a ser controlada pelo INCRA foram apresentados à reunião. Quando os trabalhadores perguntaram sobre os salários, o gerente respondeu que salários eram de importância secundária e que para acelerar a industrialização de Cuba, certos sacrifícios teriam que ser feitos. Os trabalhadores mostraram claramente que não gostaram do projeto. Finalmente, o administrador exasperado baixou a lei: com o consentimento dos trabalhadores, o projeto “cooperativo” será organizado como previsto. Os advogados fizeram os documentos legais necessários e a cooperativa foi oficialmente estabelecida.

The plans for the organization of an industrial cooperative to be managed by the INRA were presented to the meeting. When the workers asked about wages, the manager replied that wages were of secondary importance and that to speed up the industrialization of Cuba, certain sacrifices will have to be made for the sake of the revolution. The workers plainly showed that they did not like the project. Finally, the exasperated administrator laid down the law: with or without the consent of the workers, the "cooperative" project will be organized as planned. The lawyers drew up the necessary legal documents and the cooperative was officially established. (SOUCHY, 1960)

A nova organização dos meios de produção era algo imposta aos trabalhadores. Simplesmente paravam de trabalhar para os seus antigos patrões para trabalharem para o Estado, ainda tendo o trabalho como algo exterior, e em troca de salários. Como afirmou Souchy (1960): “The economic situation of the workers will be more or less the same as in privately owned enterprises.”⁵ (SOUCHY, 1960). Segundo Franqui (1981), a estatização somente substituiu “o antigo chefe por um novo administrador, o velho proprietário por um novo proprietário estatal.” (p. 88).

Assim, se por um lado, os trabalhadores estavam separados dos meios de produção, obrigados simplesmente a trabalhar e a obedecer, sem controlarem diretamente as terras e as fábricas, por outro

lado, o Estado, como dono do meio de produção, se fortalecia. Segundo Carlos Franqui (1981), “... a estatização nada faz além de criar e apoiar um gigantesco, improdutivo e repressor superestado burocrático, um partido que é o Estado, que é o pai, que é o dono.” (p. 86).

Longe de gerarem um processo de apropriação da classe trabalhadora sobre os meios de produção, as cooperativas caminharam para outro lado. Se é que poderiam ter algum elemento de autonomia, em agosto de 1962, as cooperativas foram finalizadas e se transformaram em fazendas estatais ao estilo soviético.

No Manifesto Comunista, Marx apontava que o ponto de partida da revolução proletária era a destruição da propriedade burguesa com a centralização de todas as propriedades nas mãos do Estado.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas. (MARX, s/d).

Na medida em que a burguesia fosse sendo destruída e, portanto, os antagonismos de classe fossem eliminados, Marx afirmava que o Estado perderia a sua razão de ser, posto que não passa de um poder organizado de uma classe para a opressão da outra.

Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento, e sendo concentrada toda a produção propriamente falando nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe, se se converte por uma revolução em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói juntamente com essas relações de produção, as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. (idem, ibidem).

Mas, o que vemos em Cuba é o oposto. O processo de eliminação da burguesia privada e de concentração dos meios de produção nas mãos do Estado, longe de gerar um processo de definhamento do Estado, fez torná-lo cada vez mais forte e

⁵ “A situação econômica dos trabalhadores será mais ou menos a mesma que nas empresas de propriedade privada”

poderoso. Franqui apontava esse processo de expansão total da estrutura do Estado na sociedade cubana.

Marx achava que o Estado desapareceria eventualmente, mas como pode isso acontecer, quando fica mais e mais forte a cada dia? O Estado torna-se um monopólio colossal que devora tudo, que se torna totalitário em sua inabilidade de tolerar desvios de qualquer espécie. (FRANQUI, 1981, p. 167).

Em Cuba, o Estado tendia não a se definir, mas a se fortalecer, a recriar condições de exploração e privilégios e a disciplinar a força de trabalho. O próprio sindicato, que tinha nos trabalhadores da indústria açucareira uma forte tradição, deveria perder o seu sentido de luta classista. A posição dos dirigentes cubanos se baseava na concepção que Raúl Castro expressou como ninguém: "the best union is the State -- the workers don't need unions when they have a friendly government, THEIR government, to protect them."⁶ (IGLESIAS, 1961).

Os sindicatos passaram a ser não mais o espaço contruído desde baixo, mas, desde os anseios dos novos dirigentes estatais. Seu papel era o de receber a proposta do governo e massificá-la junto aos trabalhadores. O sindicato deveria

... captar la idea general de organización y de las metas del gobierno, discutirla a nível de la empresa o fábrica de que se trate y llevarla al seno de la masa trabajadora para que se haga carne en ella el espíritu de lo que se pretende hacer y se empuje hacia adelante con el mayor ímpetu. (GUEVARA, 1961).

Além do caráter de ideologização da classe trabalhadora, o sindicato deveria ter como função essencial o aumento da produtividade e a disciplina da classe trabalhadora no trabalho. (idem, ibidem).

Todo este processo de estatização dos meios de produção em Cuba criava uma diferenciação profunda entre os proletários,

que eram obrigados a vender a sua força de trabalho em troca de um salário, e os gestores/burocratas, que exerciam o controle sobre a força de trabalho, os maquinários, as terras e as fábricas. Seria comum imaginarmos que as riquezas produzidas pelos trabalhadores sob o regime de propriedade estatal fossem de uso comum, isto é, que retornassem aos trabalhadores através da distribuição do Estado. Entretanto, a realidade não foi bem assim.

Quando os rebeldes tomaram o poder em 1959; advindos de uma guerra de guerrilhas no campo e nas cidades, firmados no sacrifício da vida pessoal e dos prazeres do mundo; se recusaram a ceder às pressões da nova vida burocrática.

Foram vários os que negaram cargos no governo, recusando-se a sentar nas mesmas mesas que os antigos funcionários de Batista.⁷ Os membros do Exército Rebelde não cobraram soldo algum no mês de Janeiro, tendo se disposto a trabalhar de graça pela causa revolucionária⁸. Muitos novos dirigentes do governo estipularam o seu salário em números extremamente baixos⁹. A maioria recusou morar nas

⁷ Carlos Franqui, por exemplo, recusou ser Ministro do Trabalho e preferiu ser jornalista à frente do *Revolución*, jornal do Movimento 26 de Julho. (FRANQUI, 1981, p. 28). Célia Sanchez e Haydée Santamaría recusaram a proposta de assumirem o Ministério da Educação. Raúl Chibás rejeitou o cargo de Ministro das Finanças. (idem, ibidem). Como afirmou Fidel Castro: "(...) en los primeros días era difícil encontrar a alguien que quisiera ser ministro" (CASTRO, 1959).

⁸ Em seu primeiro discurso após descer da Sierra vitoriosa, Fidel tratou dos soldos do Exército Rebelde: "Los rebeldes no cobraremos sueldo por los años que hemos estado luchando y nos sentimos orgullosos de no cobrar sueldos por los servicios que les hemos prestado a la Revolución, en cambio, es posible que sigamos cumpliendo nuestras obligaciones sin cobrar sueldos, porque si no hay dinero, no importa, lo que hay es voluntad, y hacemos lo que sea necesario". (APLAUSOS). (CASTRO, 1959a).

⁹ Segundo Carlos Franqui (1981), foram os próprios revolucionários que definiram quanto iriam ganhar. "También estipulamos nuestros propios salarios: o de Che era o mais austero, 250 pesos por mês. Um ministro ganhava 750 e alguns outros, 1000." (p. 39). Padrões extremamente baixos para a época. Quando

⁶ "o melhor sindicato é o Estado – os trabalhadores não precisam de sindicatos quando eles têm um governo amigável, seu governo, para protegê-lo."

mansões dos antigos batistianos que fugiram do país, pois tinha isto como um insulto à humildade do povo cubano¹⁰.

Os rebeldes tentaram manter um espírito de sacrifício e de abnegação para não se tornarem burocratas de espírito. Entretanto, pouco a pouco, o sacrifício revolucionário foi cedendo espaço para os interesses da nova posição, e o guerrilheiro foi se transformando em burocrata. Menos de dois meses depois da tomada do poder Fidel afirmava que em Cuba já havia iniciado um

...despertar de las apetências burocráticas. Y que si bien es cierto que en los primeros días era difícil encontrar a alguien que quisiera ser ministro, hoy hay mucha gente que quiere ser cualquier cosa en el Estado. (CASTRO, 1959).

Na medida em que a propriedade foi se concentrado nas mãos do Estado, mais rápido se formava uma burocracia que vivia com privilégios. O burocrata não tinha sob o seu controle somente o monopólio da força física, mas também o monopólio dos meios

de produção, o controle sobre o excedente produzido pelo proletário.

A diferença entre os salários começou a se alargar. “K.S. Karol afirmou ter se encontrado em uma fábrica com um engenheiro que ganhava 17 vezes o salário de operário.” Os burocratas, segundo ele, tinham o privilégio de desfrutar de “restaurantes de ‘alta categoria’, a exemplo dos ‘Monseños’, o ‘Torre’, o ‘1839’, o ‘Floridita’ e outros que cobram preços astronômicos por suas contas.” (TAAFE, 2009).

Como afirmou Franqui (1981), em todos os aspectos havia diferenças: no trabalho, os burocratas se apropriavam de muito mais dinheiro do que os trabalhadores; na educação, seus filhos tinham tratamento diferenciado; em relação às residências, passaram pouco a pouco a morar em mansões dos antigos batistianos; não partilhavam de um mesmo tratamento médico; possuíam carros do Estado que utilizavam para fins próprios e não tinham que reduzir sua alimentação à escassez da *libreta*.

Não há igualdade na educação, porque a nova elite dá atenção especial aos filhos dos membros do Partido e oficiais do Estado. O mesmo se aplica ao trabalho. Não há desemprego, pois as pessoas trabalham em regime forçado, em campos de reeducação e no serviço militar. Os salários não são iguais e são insuficientes. Isto também vale para as residências, tratamento médico, transporte e comida. Os que estão no topo desfrutam de privilégios. Então não existe mais a velha burguesia, e daí? Existem burocratas que administram, controlam e estão ricos. No topo, tudo é diferente, enquanto que embaixo é a mesma coisa. Em Cuba, chamamos este sistema de socialismo.” (FRANQUI, 1981, p. 170).

Assim, podemos dizer que o processo de estatização dos meios de produção em Cuba, longe de produzir uma sociedade socialista de transição ao comunismo, manteve os trabalhadores afastados dos meios de produção, reforçou o poder do Estado e criou uma burocracia

Fidel assumiu o cargo de Primeiro Ministro sua primeira ação foi propor a diminuição dos salários de ministros. “... que ganemos lo que necesitemos para las cosas más elementales, porque al fin y al cabo, cuando estábamos clandestinos vivíamos con cualquier cosa.” (CASTRO, 1959). Em Julho de 1959, o Gabinete de Ministros aprovou um Projeto de Lei que reduzia em quase 50% os gastos destinados ao Palácio Presidencial. Os gastos passariam de 2.433.659.95 pesos a 1.233.659.95 pesos. O presidente Dorticós, quando assumiu o governo no lugar de Urrutia, decidiu reduzir o seu salário de Presidente da República de 10.000.00 pesos a 2.500 pesos. (BUCH & SUÁREZ, 2002, p. 76). A convicção da maioria dos revolucionários era que o cargo do governo fosse não uma fonte de riqueza e poder, mas um sacrifício.

¹⁰ A maioria dos revolucionários voltaram “a viver nos mesmos apartamentos de antes da revolução.” (FRANQUI). Quando Che foi morar em uma mansão em Itará, justificou que estava ali por motivos de doença e que, logo, a abandonaria. “El hecho de ser una casa de antiguo batistiano hace que sea lujosa; elegí la más sencilla, pero de todas maneras es un insulto a la sensibilidad popular. Prometo al señor Llano Montes y sobre todo al pueblo de Cuba que la abandonaré cuando esté repuesto”. (GUEVARA).

privilegiada. Talvez, devamos retomar Bakunin quando criticava a noção de ditadura do proletariado:

De acordo com eles, este jugo estatal, esta ditadura é uma fase de transição necessária para

chegar à emancipação total do povo: a anarquia ou a liberdade sendo o objetivo, o Estado ou a ditadura, o meio. Assim, para liberar as massas populares, dever-se-ia começar por escravizá-las. (BAKUNIN, 1999, p. 158).

Referências

- PÉREZ-STABLE, Mariféli. The Cuban Revolution. Oxford University Press: New York, 1993.
- CASTRO, Fidel. Discurso Pronunciado en la Clausura del Congreso Nacional de Cooperativas Cañeras. Havana, 1962.
- _____, Discurso Pronunciado en el Acto de su Toma de Posesión como Primer Ministro. Havana, 1959.
- _____, Discurso Pronunciado en el Parque de Céspedes. Santiago de Cuba, 1959a.
- SWEEZY, Paul & HUBERMAN, Leo. Anatomia de uma Revolução. Zahar Ed.: RJ, 1960.
- DUMONT, René. Cuba: socialism and development. Grove Press: New York, 1970.
- SOUCHY, Augostin. Testimonial Sobre la Revolucion Cubana. Buenos Aires, 1960.
- FRANQUI, Carlos. Retrato de Família com Fidel. Ed. Record: RJ, 1981.
- IGLESIAS, Abelardo. Revolution and Counter-Revolution in Cuba. Buenos Aires, 1963.
- GUEVARA, Che. Discusión Colectiva, decisión y responsabilidad únicas. Havana, 1961.
- TAAFE, Peter. Análise da Revolução Cubana. Disponível em: http://www.sr-cio.org/index.php?option=com_content&view=article&id=206:analise-da-revolucao-cubana&catid=45:historia&Itemid=62. Acessado em fevereiro de 2009.
- BUCH, Luis & SUÁREZ, Reynaldo. Otros Pasos del Gobierno Revolucionario. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2002.
- BAKUNIN, Mikhael. Textos Anarquistas. L&PM: Porto Alegre, 1999.
- MARX, O Manifesto do Partido Comunista. LCC Publicações Eletrônicas, s/d. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista.htm>. Acessado em fevereiro de 2009.